

Autor: Denizart da Silva Fortuna

Orientadora: Júlia Adão Bernardes

Título: Circulação e Territorialidade Econômica: a (Re) Ordenação do Territorial no Eixo Médio Matogrossense da Rodovia Federal 163 (Cuiabá-Santarém)

Nº de Páginas: 291

Resumo:

O objetivo desse estudo foi investigar o (re)ordenamento geográfico promovido pela existência de territorialidades econômicas vinculadas à produção de soja no eixo médio da rodovia federal 163 (Cuiabá - Santarém). Territorialidades baseadas em produção agrícola e industrial tecnificadas e num processo de ocupação recente restritivo, a logística passa a ter um papel crescente a fim de reduzir custos de transporte já que a distância aos mercados consumidores é muito expressiva.

Desenvolvemos a investigação a partir da discussão referente à territorialidade em sua dimensão econômica e seu significado no contexto da modernização ocidental. Baseados no processo de (re)organização espacial

Programa de Pós-Graduação em Geografia
Teses Defendidas - Doutorado

do norte mato-grossense promovido pelo Estado brasileiro a partir da década de 70, analisamos a competitividade contemporânea sob a ótica das práticas espaciais das firmas e dos grandes produtores ligados ao complexo soja que, por sua vez, relaciona-se às diferentes formas de atuação do poder público frente às dificuldades financeiras para consolidação da ocupação. Finalmente, pudemos constatar que a logística das grandes firmas do setor - tradings - estrutura a ordem territorial de toda área produtora mato-grossense próxima ao eixo rodoviário BR-163 por duas razões: implantação de infra-estrutura econômica em custos compartilhados com o poder público e o “controle do acesso” a um escoamento rápido, seguro e a preços reduzidos.

Enfim, consideramos que as práticas econômicas e políticas recentes no norte do estado do Mato Grosso passam pela construção de territorialidades econômicas assentadas no “saber escoar” cujas especificidades no contexto amazônico, como maior exemplo a intermodalidade dos eixos de escoamento já implantados ou planejados e os desmembramentos municipais, tornam mais complexa a compreensão da ocupação dessa área na Amazônia Legal.